

I

*Contribuições para o estudo
do sindicalismo em educação no Brasil*

I

Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação

Sadi Dal Rosso¹

Introdução



objeto é o sindicalismo no setor da educação. Sindicalismo, o substantivo; docente e trabalhadores de educação, os adjetivos. Do que decorre uma dupla visão sobre a teoria do sindicalismo docente. A primeira, sugerida pela leitura conjunta do substantivo e do adjetivo, é que a teoria do sindicalismo em educação está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. A segunda consiste em assumir que o sindicalismo em educação é uma esfera da vida social com estatuto de legitimidade igual a qualquer outra esfera de atividade para o estudo da atividade sindical. Em favor da primeira está toda uma tradição teórica construída pelas ciências sociais, pela ciência política e pela sociologia, durante mais de um século e meio de pensamento social. Isto significa dizer que a partir da teoria do sindicalismo em geral olha-se o sindicalismo em educação. Em favor da segunda está a especificidade do campo da educação na sociedade não apenas enquanto reprodutor ou transformador do sistema de relações vigentes, como, especificamente, enquanto a educação encarna uma das esferas em que predomina o trabalho imaterial, o que tem a ver especialmente com o empenho do afeto e do intelecto do trabalhador mais do que com o esforço físico próprio do trabalho material. Sendo assim, pode-se fazer uma completa rotação na forma de ver a questão do sindicalismo docente, a saber: a partir do sindicalismo docente, olhar o conjunto da atividade sindical. O lugar de fala e o objeto da fala é o

1 Sadi Dal Rosso, professor titular do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisador do CNPq.

sindicalismo da educação. Esta segunda visão supõe trabalho de construção conceitual, teórica e empírica pela frente. Além do argumento de que o sindicalismo do setor da educação é uma esfera de atividade com autonomia relativa, prevalece ainda o fato de que ele agrega um contingente muito grande de trabalhadores no Brasil, bem como nos demais países do mundo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), relativa ao ano de 2003, indicam que os docentes no Brasil são cerca de dois milhões e meio de profissionais.² A maior categoria profissional de trabalhadores é composta pelos empregados domésticos, com cerca de 7,5 milhões de pessoas. Os docentes são uma entre as grandes categorias profissionais da atualidade. Um segundo argumento para considerar a autonomia do sindicalismo em educação provém da capacidade do pessoal do campo de promover greves e movimentos sociais com objetivos em favor da própria categoria ou com objetivos em favor do conjunto da sociedade. Docentes e servidores são uma categoria extremamente ativa na atualidade. Um terceiro argumento é derivado da natureza da atividade docente – são frequentes, na literatura, cerradas discussões sobre a identidade profissional do docente e do papel que a docência desempenha na sociedade. A despeito das especificidades da profissão e do trabalho docente, jamais se pode esquecer que os docentes são trabalhadores assalariados e que, deste modo, possuem vínculos materiais e formais com os demais segmentos dos trabalhadores.

- 2 Não se dispõe do número preciso de professores no Brasil, muito menos do conjunto dos demais trabalhadores da educação. Em documento do Inep, “em 2002, o Censo Escolar registrou um total de 2,4 milhões de funções docentes em creche, pré-escola, classe de alfabetização, ensino fundamental e ensino Médio, para um total de 50,6 milhões de alunos matriculados nesses níveis de ensino” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep-MEC), “Estatísticas dos professores no Brasil”, Brasília, Inep, 2003, p. 15). Os conceitos de funções docentes e número de professores não coincidem. Por isso, tem-se um número aproximado. A distribuição das funções docentes pelas instituições em que atuam, no ano de 2002, no Brasil, é a que está apresentada no Quadro 1:

Quadro 1
Estatísticas dos Professores no Brasil 2002

Instituições	Funções docentes
Creches (crianças de 0 a 3 anos)	68.890
Pré-escola (crianças de 4 a 6 anos)	259.203
Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries)	809.125
Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	800.753
Ensino Médio	468.310
Ensino Superior (dados de 2001)	219.947
Total (Brasil)	2.626.228

Fonte: Inep-MEC, 2003.

*Criação da modernidade,
o sindicalismo é uma instituição voltada
para a defesa dos direitos dos trabalhadores e
para a conquista de direitos do conjunto da sociedade*

A organização do trabalho na sociedade pode ser cooperativa ou conflitiva. A prevalência de sistemas sociais de acumulação privada fez com que, ao longo da história, as relações conflitivas tenham se mantido através do tempo. Em razão disto, formas de agregação e de defesa dos trabalhadores e explosões sociais de revolta podem ser estudadas e analisadas no correr dos séculos. O processo racionalizado e sistemático da exploração capitalista engendrou o trabalhador assalariado e, com ele, a necessidade de cooperação e organização para autodefesa da classe. O sindicato é uma forma de defesa e de resistência dos assalariados no capitalismo. Além disso, o surgimento do sindicalismo apoia-se nos avanços históricos promovidos no sentido de maior participação social dos cidadãos, na transição para regimes republicanos e na absorção de valores que fazem parte da modernidade. Assim como o trabalho assalariado é um produto da modernidade, o sindicato também o é.

O sindicato firmou-se como movimento e como instituição social. Na condição de instituição, o sindicato docente pode assumir as mais diversas configurações, assim como pode restringir sua ação aos limites específicos da instituição e da categoria. De seu caráter institucional, decorrem questões de pesquisa relativas à estrutura organizativa, à distribuição dos poderes, à natureza democrática ou concentrada dos poderes da organização. Entretanto, a atividade docente não se restringe a seu público interno nem à função meio. A socialização das novas gerações e a atividade de transformação dos valores dos princípios de ação da sociedade dependem do trabalho docente. Por isso, a ação do sindicalismo docente precisa ser analisada sob a ótica da sociedade na qual está inserida, das mudanças que ocorrem e das mudanças que são necessárias operar nela. A compreensão do sindicalismo docente como movimento implica a abertura de inúmeras questões de pesquisa que se desdobram para além dos limites da instituição e da categoria.

Historicamente, o sindicato lutou pelo reconhecimento de seu direito de representação da categoria. Entretanto, o sindicalismo docente encontrou mais dificuldade para institucionalizar-se e obter o aval do direito a uma vida normal como instituição reconhecida. Ainda está aberta a questão da gênese do sindicalismo docente. O que significa a hipótese de que o sindicalismo docente é tardio em

relação a outras estruturas sindicais? Significa problematizar as condições sociais que dificultaram a emergência do sindicalismo docente no mesmo momento ou até em momentos anteriores que outras categorias sociais. Para isso, contribuíram, no Brasil, razões de natureza objetiva, entre as quais a condição pulverizada do trabalho da categoria, o descaso com o qual foi tratada a educação popular pelos governantes dessa colônia e desse país dependente, a limitada proporção da população que tinha acesso à escola, o controle férreo mantido sobre a escola e os docentes. Não devem ser descartadas antes do veredito da pesquisa também razões de natureza subjetiva da categoria docente, entre as quais a dificuldade de o trabalho docente ser compreendido secularmente como trabalho assalariado, com os mesmos direitos de outras atividades e não apenas por meio da ótica do entendimento da profissão como vocação, dilema tão profundo que até os dias de hoje a noção de vocação é contraposta à ideia de profissão.

Desde os primórdios do sindicalismo na educação, bem como do sindicalismo em outras categorias de trabalhadores, a relação com os governos e, mais profundamente, a relação do sindicato com o Estado, com seus aparatos ideológicos e repressivos, constitui um problema magno tanto ao nível político, quanto teórico. Se, ao início, o Estado reprimiu a ação sindical, depois, tentou controlar sua existência atrelando-o ao aparato estatal. A autonomia e a liberdade continuaram sendo princípios cruciais para o sindicalismo dos trabalhadores da educação.

Contribuições para o estudo do sindicalismo docente

A interpretação dialética das relações de trabalho

A sociologia apresenta paradigmas importantes para a análise do sindicalismo, construídos no meio ambiente europeu da primeira revolução industrial. Este caminho é muito rico, mas é recorrente a dificuldade de transpor no tempo as ideias e interpretá-las à luz dos acontecimentos contemporâneos. Marx, Weber e Durkheim fazem interpretações interessantíssimas, nem sempre convergentes ou facilmente conjugáveis. Selecciono alguns pontos de leitura.

Segundo Marx, a sociedade composta de classes sociais é dominada pela dinâmica do conflito, da luta social, da contradição. O docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais. Esta proposta é altamente instrutiva para o entendimento do sindicalismo como movimento social no sentido da transformação e a compreensão do docente como membro de uma classe social mais am-

pla.³ A natureza imaterial do trabalho docente persiste como problema de pesquisa. Nos estudos em que tentava resolver o problema da existência de uma esfera imaterial e do seu caráter produtivo de valor, Marx não titubeia em colocar o docente como produtor de valor, desde que esse trabalho seja realizado sob relação assalariada na qual empresários contratam professores para operar suas instituições de ensino e obter dividendos. Este caminho aberto não resolve o problema de uma grande parcela dos docentes, a maioria talvez, que vendem sua força de trabalho ao Estado. O Estado não emprega os docentes com o objetivo de aumentar a arrecadação e sim de prestar um serviço à reprodução da sociedade. Mas o trabalho docente se realiza no sentido de conferir uma qualidade especial à mão de obra, que é a mercadoria básica no processo de produção do valor. Este é seu sentido produtivo maior.

Os docentes como reprodutores da sociedade e de seus valores

A contribuição durkheimiana ao estudo do sindicalismo docente consiste, basicamente, da compreensão do processo de reprodução.⁴ A sociedade possui mecanismos de transmissão de seus valores, de seus princípios, de suas normas, de suas leis, práticas e hábitos para as gerações vindouras. Quando a escola era limitada em seu campo de ação, a família ocupava um espaço maior no processo reprodutivo da inconsciente coletivo. Hoje em dia, com a difusão do sistema educacional, a escola ganha espaço e evidência.

A interpretação durkheimiana por meio da reprodução inspirou estudos como os de Bourdieu. Ela possibilita captar o sentido funcional da socialização e erigir uma zona de crítica sobre o sentido reprodutor das desigualdades sociais embutidas no sistema. Entretanto, a noção de reprodução é limitada para interpretar as tarefas realizadas pelos docentes e por seu sindicato. O sindicato docente, sem sombra de dúvidas, reproduz a sociedade, seus valores, seus hábitos. Mas o sindicato pode também ocupar um lugar de agente transformador e de mudança. Em que medida e em que direção ocorrem estes processos é uma questão aberta. É limitado entender o sentido da ação sindical e do trabalho docente apenas como reprodutivo. Essa ação é, para empregar uma expressão comedida, mudancista, transformadora, ou, numa expressão mais radical, revolucionária.

3 Cf. K. Marx, *Capital*, Vol. 1, Nova York, International Publishers. 1975.

4 Cf. E. Durkheim, *A divisão social do trabalho*, Lisboa, Presença, 1977.

O processo de racionalização da sociedade e das instituições sociais

A tendência inexorável à racionalização, a lei geral do sistema capitalista formulada por Weber, pode ser entendida como extensiva ao conjunto da sociedade e às suas instituições.⁵ O sindicato e o sindicalismo docente sofrem o impacto deste processo. Um dos componentes do processo de racionalização consiste na burocratização da instituição. A burocratização pode assumir o sentido de adoção de processos mais racionais relativamente a meios e fins, como também a prevalência dos interesses específicos da categoria profissional sobre as relações com o conjunto da sociedade. A noção de burocratização possibilita, desta forma, uma abordagem crítica do sindicalismo como instituição, como também desvela todo um campo de pesquisa sobre poder político no sindicato. Gostaria de mencionar ainda a contribuição das formas de dominação como importante para a análise sindical docente.

A análise do sindicalismo a partir da teoria das relações industriais

Por relações industriais entendem-se o

conjunto de normas (formais e informais, gerais ou específicas, genéricas ou precisas) que regulamentam o emprego dos trabalhadores (salário, horário e muitos outros institutos); bem como os diversos métodos (contratação coletiva, lei etc.) através dos quais as ditas normas são estabelecidas e podem ser interpretadas, aplicada e modificadas; métodos escolhidos ou aceitos pelos autores (organizações e representação dos trabalhadores, empregadores e suas organizações, o Estado e suas agências institucionais específicas) que, por meio de tais relações, interagem, com bases em processos nos quais se encontram diferentes graus de cooperação e de conflitualidade, de convergência e de antagonismo.⁶

A despeito de fragilidades, entre as quais sua aplicabilidade às relações de assalariamento, o que implica também em graus de dificuldades para interpretar as relações distintas do instituto do assalariamento, entre as quais o trabalho por conta própria, o trabalho familiar, as pequenas organizações cooperativas, as pequenas

5 M. Weber, *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon, 1964.

6 G. Baglioni, "Il sistema delle relazioni industriali in Itália: Caratteri ed evoluzione storica", in G. P. Cella e T. Treu (orgs), *Relazioni industriali. Manuale per l'analisi della esperienza italiana*, Bolonha, Il Mulino, 1984, p. 17.

unidades familiares de produção mercantil ou de subsistência e semelhantes formas de organização do trabalho, o esquema das relações industriais fornece um esquema amplo voltado para a análise global das relações de trabalho, compreendendo minimamente os seguintes componentes da ação sindical:

- a. as condições externas de ordem estrutural (estrutura e conjuntura, crises do capitalismo, composição da força de trabalho) e de ordem política (se as relações de poder entre as classes exprimem uma supremacia absoluta ou uma supremacia condicionadas e se os equilíbrios políticos prevalentes são antilabor ou pró-labor);
- b. os atores são basicamente três: o sindicato, os empregadores e o Estado. Na organização e representação sindical, Baglioni destaca o sindicato e sua ação, a representação e a representatividade; as formas de organização territorial e vertical, gestão democrática ou autoritária, centralização e descentralização, sedes de poder e meios financeiros; formas de luta (greves); relações com os movimentos políticos (modelo reivindicativo puro, trade-unionista, correia de transmissão). O autor leva ainda em consideração a representação espontânea, os movimentos coletivos e grupos não organizados. A contrapartida ao sindicato é representada pelos empreendedores e suas organizações nos setores privados e públicos e formas intermediárias. O papel do Estado manifesta-se por meio de intervenções legislativas sobre normas e termos da regulamentação das empresas, as intervenções de política econômica e social sobre as condições gerais do desenvolvimento, a taxa de desemprego, o sistema de *welfare* etc.
- c. Baglioni destaca ainda o que chama de “métodos” pelos quais toma lugar a regulação das relações industriais, a saber: a contratação coletiva e a regulamentação por lei.
- d. o esquema inclui ainda o nível em que ocorre a ação política do sindicato – nacional ou regional – a contratação coletiva a nível de empresa ou em âmbito mais geral, como das categorias, das confederações e das centrais sindicais.

Como se pode observar, a chamada teoria das relações industriais, que pode ser entendida como teoria ou apenas como esquema de estudo, oferece elementos importantes para análise da questão sindical docente. Por esta razão, e por não ser uma proposição que supõe necessariamente a noção de conflito, a teoria das relações industriais detém aceitação nos meios acadêmicos, tanto como teoria – isto é, a partir da noção de que sindicato e conflito são partes integrantes do sistema de assalariamento, como se vê pela noção reificante de mercado de trabalho – quanto como esquema analítico.

A contribuição teórica dos formuladores revolucionários do socialismo

Interessa aqui menos examinar o papel dos intelectuais no movimento social. Os formuladores conferiram aos intelectuais um papel importantíssimo na elaboração das perspectivas políticas e no papel de conduzir o movimento revolucionário, como na teoria leninista. O leninismo entendia que os intelectuais formulariam o projeto e o transmitiriam para a classe trabalhadora, dentro de uma concepção verticalizada da relação entre direção do movimento, intelectuais e classe.

A distinção gramsciana dos intelectuais em tradicionais e orgânicos indica a dificuldade de supor que todos os trabalhadores da educação sejam os intelectuais empenhados na transformação mais profunda da realidade. Os intelectuais tradicionais exerceriam um papel fortemente reprodutivo do sistema. Não pode ser a princípio descartado, entretanto, que os educadores exerçam um papel de transformação mais profunda da sociedade. A abordagem crítica da educação, pela qual a escola é lugar de transformação e de formulação de contra-hegemonias e da educação como prática da liberdade, assume esta possibilidade, dada não apenas à capacidade de formulação teórica como ao poder de capilaridade do trabalho do educador. Capilaridade e formulação teórica conduziram os docentes a serem protagonistas fundamentais no movimento pelas “Diretas, já!”, que levou ao término o regime ditatorial militar, em 1985, no Brasil. É objeto de pesquisa semelhante participação dos educadores na luta pela retomada da democracia, em 1945, e pelo fim do Estado Novo e outros eventos nacionais.

O trabalho docente na contemporaneidade: Imaterialidade e valor

O estudo do sindicalismo docente contemporâneo suscita questões interpretativas que merecem discussão. O lugar do trabalho docente na produção do valor é uma dessas questões. A primeira dificuldade consiste em se obter uma compreensão comum a respeito do conceito de valor. De que valor se trata? Segundo a noção durkheimiana de valor, o trabalho docente realiza um papel fundamental na reprodução de valores através das gerações. Os valores são partes integrantes de normas, princípios, elementos morais e práticas passadas de uma geração para outra. Bourdieu atualiza esta noção por meio do conceito de *habitus*, processo pelo qual a sociedade reproduz parte de si. Trata-se de uma definição do

trabalho docente como elemento reprodutivo do inconsciente coletivo ou dos *habitus* vigentes na sociedade.⁷

O estudo do trabalho docente como reprodutor da sociedade, não esgota sua compreensão. Há outro espaço para compreender o trabalho docente como transformador da sociedade. O docente é um agente de transformação. O mesmo conceito aplica-se para o sindicato. O sindicato é um instituto voltado para a transformação da sociedade no sentido de superar os grandes problemas sociais e culturais recebidos das gerações anteriores e perpetuados. Por isso, o papel do sindicato é um papel de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem. Questiona a validade desta ordem e apresenta parâmetros para sua mudança. Esta linha de raciocínio pode ser expandida no sentido de conferir ao sindicato uma tarefa revolucionária.

Mas existe outra noção de valor, que consiste em entender o trabalho docente como produtor de valor econômico. As mercadorias possuem valor porque são produto do trabalho humano. Que mercadoria o trabalho docente produz? Eis a questão chave que divide de alto a baixo os pesquisadores sobre trabalho docente. O docente não é produtor de mercadorias, segundo alguns intérpretes, portanto, é improdutivo. Por ser um serviço é não produtivo de valor. Entretanto, a força de trabalho é uma mercadoria, a principal de todas. A única que possui a virtualidade de conferir valor de troca a todas as outras mercadorias. O caráter mercadoria da força de trabalho não está apenas no substrato da capacidade física, cognitiva ou afetiva de realizar atividades, como também na qualidade desta força de trabalho. Ora, este aspecto qualitativo, o grau de conhecimento que as pessoas detêm, o relacionamento, a cooperação, a capacidade de inovação e de invenção, a busca de soluções, a subjetividade, o crescimento individual e coletivo das pessoas, tudo isto depende da ação do processo educacional. A mercadoria força de trabalho, portanto, contém uma indelével participação conferida pelo trabalho docente. A escola deixa marcas profundas, para o bem e para o mal, na formação da mão de obra. Desta forma, o trabalho docente é mediatamente produtivo. Esta crítica é tanto maior quanto mais a análise se volta sobre a sociedade contemporânea, na qual o conhecimento, o sentimento, a comunicação e outras condições subjetivas constituem elementos fundamentais na compreensão de uma sociedade cada vez mais tecnologicamente impregnada.

Há uma discussão que menos tem a ver com sociologia do trabalho e mais com uma concepção política e conceitual estreita, quando divide o processo de produção

7 Pierre Bourdieu, *A reprodução*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

da educação entre profissões cuja dimensão é questionável e que implica separações sindicais igualmente questionáveis entre docentes, servidores técnico-administrativos e outras ocupações que fazem parte do processo educativo na sociedade. Se o trabalho docente é distinto, até certo ponto, do trabalho de formação pedagógica, não deixa de estar compreendido nele, assim como este último não está fora da esfera de compreensão do trabalho educativo ou de socialização em geral. As esferas de separação entre os segmentos que dão origem a uma estrutura sindical melhor se compreendem enquanto sucessivamente inclusivas, resultando numa compreensão complementar do conjunto do processo de socialização na sociedade. Todos fazem parte do processo educacional de formação da mão de obra. O estudo da questão sindical precisa urgentemente revisar seus conceitos de divisão social do trabalho mediante uma compreensão que vá para além do trabalho docente para incluir os demais trabalhadores que participam do processo pedagógico e do processo educativo pelo qual a sociedade qualifica seus cidadãos. Além disso, a especificidade do trabalho na educação não pode ser alçada a tal dimensão que exclua os docentes da sua pertença comum ao conjunto da classe dos assalariados.

Dificuldades estruturais do sindicalismo na periferia do sistema capitalista

A questão sindical varia de acordo com a posição ocupada pelas relações de trabalho no sistema de acumulação mundial. A divisão entre centro e periferia, entre império, subimpérios e regiões dominadas são esquemas que permitem mergulhar nas desigualdades regionais.

Na periferia do império, a força do sindicalismo é reduzida, por um lado, pela baixa taxa de assalariamento da população. A não existência da sociedade salarial implica que a burguesia opera de maneira mais feroz e mais livre de controles.⁸ Basta acompanhar os impedimentos sociais, políticos e normativos que o capital que opera nos ramos privados da educação na América Latina impõe aos seus trabalhadores. No Brasil, o sindicalismo de ensino superior foi não poucas vezes objeto de “degolas” completas de suas diretorias sindicais. Não existe direito reconhecido de sindicalização nem de ação política para arregimentar associados ao sindicato, a despeito de a constituição reconhecer a livre organização dos trabalhadores por local de trabalho, bem como de a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelecer que os trabalhadores têm o direito de convidar outros assalariados para filiar-se aos sindicatos. Esta dificuldade estrutural do sindicato acompanha a priva-

ção de direitos em outras esferas da sociedade, qual seja a existência de trabalho escravo, a exploração de trabalhadores infante-juvenis, a precarização do trabalho feminino, a inexistência de sistemas de proteção social, a exclusão social e a reprodução de formas e relações de trabalho superadas historicamente.

Por outro lado, a cada dia prossegue a divisão no interior da instituição sindical. A fragmentação constitui um empecilho de monta na conquista de direitos para os trabalhadores. Quais as razões que explicam que na periferia do império capitalista mundial prevaleça a fragmentação, quando em seu centro, o número de sindicatos é reduzido?

O olhar da pesquisa sobre a questão sindical não é o mesmo se o pesquisador se encontra na periferia ou se seu lugar de fala e de olhar se localiza no centro do sistema. As questões podem ter graus e qualidades diferentes, quando observadas a partir de uma ótica ou de outra. O lugar de fala condiciona o sujeito da fala e sua análise. É tão legítimo ver, ler e interpretar o mundo a partir do centro como da periferia, observando, sempre, o conjunto do sistema. Este argumento está na base da crítica à idiosincrasia e ao etnocentrismo dos discursos.

A perspectiva do lugar de fala e de estudo dos movimentos sindicais a partir da periferia corrige excessos de concepções estreitas formuladas a partir de realidades unilaterais. A construção de uma visão a partir da periferia do sistema mundo pode ser empreendida mediante a realização de pesquisa empírica original e mediante o esforço de conceituação e teorização original. É necessário estimular a realização de estudos empíricos rigorosos que possibilitem o acúmulo de conhecimentos a respeito das realidades concretas da organização sindical, seu papel de transformação da sociedade, a relação de autonomia do sindicato perante o Estado e outras instituições sociais, além de inúmeras outras questões que infernizam as mentes dos pesquisadores e dos atores sociais. É gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade específica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global. A obra de Paulo Freire oferece elementos elucidativos deste esforço no terreno educacional; a de Florestan Fernandes ilumina o campo da transformação política e social.

